

Filosofia Panecástica de Joseph Jacotot no império brasileiro: potência no debate da alfabetização

Joseph Jacotot's Panecastic Philosophy in the Brazilian Empire: power in the literacy debate

Suzana Lopes de Albuquerque¹

RESUMO: O campo da alfabetização no Brasil atravessa eras buscando novidades metodológicas, como se aí residisse o mal ou a solução para os problemas envolvidos nessa área. A escrita deste artigo teve como origem a implementação da Política Nacional de Alfabetização – PNA (Brasil, 2019), enviesada pelo tecnicismo e apresenta a potente Filosofia Panecástica, criada por Joseph Jacotot (1770-1840), que ecoou no Brasil império. Este artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre a premissa da igualdade das inteligências contida nessa Filosofia, que subverte uma ordem explicadora de um professor conteudista e reprodutivista. A partir do diálogo com Rancière (2015), Raïsky (2012), Freire (1974, 2000), Kohan (2019), Mortatti (2018), dentre outros, este escrito apresenta fontes históricas que evidenciam a circulação da Filosofia Panecástica no império brasileiro e a potência de seus debates no ensino da língua materna, utilizando como metodologia a análise dessas fontes históricas e o engendramento das discussões atuais referentes ao campo da alfabetização da PNA (Brasil, 2019) e de sua materialização governamental. A análise decorrente desses estudos documentais e de fontes históricas denotam a necessidade de uma prática pedagógica que atenda a formação do homem integral, a partir do estabelecimento de relações entre o texto e seu contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Jacotot. Panecástica. Alfabetização.

ABSTRACT: The field of literacy in Brazil has gone through ages looking for methodological novelties, as if it encompassed the evil or the solution to the problems involved in this area. The writing of this article, originated from the implementation of the Brazilian National Literacy Policy (Brasil, 2019), biased by technicality and presents the Panecastic Philosophy, created by Joseph Jacotot (1770-1840), which echoed in the Brazilian Empire. This article aims to promote a reflection on the premise of the equality of intelligences contained in this philosophy, that subverts an explanatory order of a content-reproductive teacher. From a dialogue with Rancière (2015), Raïsky (2012), Freire (1974, 2000), Kohan (2019), Mortatti (2018), among others, this writing presents historical sources that evidence the circulation of Panecastic Philosophy in the Brazilian Empire and the power of its debates in the teaching of the mother tongue, using as a methodology the analysis of these historical sources and the engendering of current discussions regarding the field of literacy of the National Literacy Policy (Brasil, 2019) and its governmental materialization. The historical analysis resulting from these documentary studies and historical sources denote the need for a pedagogical practice that attends to the formation of the integral man, from the establishment of relationships between the text and its context.

KEYWORDS: Jacotot. Panecastic. Literacy

1 Introdução

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e do curso de Licenciatura em Pedagogia (IFG) suzana.albuquerque@ifg.edu.br

A destinação social do intelectual não é simples de delimitar. É possível dizer que, na condição de pessoa pública, todo intelectual repercute suas ideias para um raio amplo de escuta. Sob tal perspectiva, com frequência, os intelectuais identificam-se por um dado reconhecimento público de mérito, o qual confere a eles um lugar relativamente privilegiado no tabuleiro societário. A partir da relação entre os intelectuais da educação e sua repercussão pública, este artigo contempla uma proposta pedagógica bastante peculiar do intelectual Joseph Jacotot, contrária ao que ele compreendia serem os mestres explicadores, em prol daquilo que já foi nomeado “mestre ignorante”. Ancorado na sua Filosofia Panecástica, Jacotot tomou como princípio de sua pedagogia a igualdade das inteligências. Neste artigo, são trabalhados os silenciamentos e ecos dessa proposta filosófico-pedagógica no cenário brasileiro, em uma perspectiva histórica.

O campo da alfabetização no Brasil atravessa eras buscando novidades metodológicas, como se aí residisse o mal ou a solução para os problemas envolvidos nessa área. Dessa forma, a *panacéia* dos métodos pedagógicos para o ensino da leitura e da escrita em uma perspectiva histórica esteve associada às marchas sintética, analítica ou mista no ensino da língua materna; marchas estas já presentes nas discussões imperiais. No debate brasileiro sobre a história da alfabetização, Mortatti (2000, p. 25) apresentou a centralidade da metodização do ensino da leitura no primeiro momento histórico referente à alfabetização até o início da República.

Na contramão de uma metodização no ensino da leitura, a Filosofia Panecástica, criada por Jacotot, circulou no Brasil império em diferentes fontes históricas. Em um contexto nacional brasileiro de uma Política Nacional de Alfabetização – PNA (Brasil, 2019) que indica o método fônico, surge a questão: Qual a potência de uma Filosofia fundamentada na máxima “Tudo está em tudo” para tratar da emancipação intelectual dos sujeitos em contraposição à onipresença do poder e do olhar vigilante do mestre que prescreve, regula, vigia e normatiza a potência da leitura de mundo, da escrita inventada e da infância?

A contraposição da Filosofia Panecástica a um viés estritamente metodológico no ensino da leitura foi registrada nas fontes históricas brasileiras na década de 1850. Segundo Albuquerque (2023), o ato da vinda do poeta português António Feliciano de Castilho (1800-1875) para o Brasil em 1855 para divulgar seu Método Castilho que tinha a primazia do método fônico de ensino de leitura e da escrita, foi palco para inúmeros embates com os adeptos da

Filosofia Panecástica² de Joseph Jacotot, uma vez que evocavam uma totalidade no processo, contido na máxima “Tudo está em tudo”.

O presente artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre a premissa da igualdade das inteligências pressuposta na Filosofia Panecástica, subvertendo a lógica da hierarquização dos saberes e da ordem explicadora de um professor conteudista e reprodutivista. Para a concretização de tal objetivo, faz-se necessário apresentar as apropriações e desdobramentos dessa ruptura no campo do ensino da leitura e escrita da língua materna no império brasileiro (século XIX), apresentando essa potência no atual debate sobre alfabetização.

A partir de obras como *Langue Matternelle* (1829) e *O mestre ignorante* (2015), do filósofo Jacques Rancière, e *Joseph Jacotot: le pedagogue paradoxal* (2012), de Claude Raisy, esta discussão torna-se imprescindível na atualidade brasileira para problematizar a questão da emancipação e igualdade nas relações com o saber, rompendo epistemologicamente com uma ordem explicadora de um professor conteudista, reprodutivista e que encontra-se engessado por programas de alfabetização com um viés restritivo de uma marcha metodológica e de uma matriz como a do método fônico de alfabetização, por exemplo.

A partir da dimensão filosófica contida na Panecástica de Jacotot, evocando o princípio da analogia da máxima “Tudo está em tudo” no ensino da língua materna, este artigo busca debater os vínculos entre a dimensão política de uma leitura do mundo relacionada à leitura das palavras, em um processo de subjetivação. Depreende-se daí a potência de uma Filosofia do século XIX frente ao processo de resistência a uma atual PNA restritiva a uma marcha metodológica sintética. Ressalta-se a veiculação dessa potente Filosofia em diferentes fontes no Brasil imperial e seu posterior silenciamento, sendo retomada no Brasil somente após a tradução da obra *O mestre ignorante* para o português em meados dos anos 2000.

2 “Tudo está em tudo” e o princípio da analogia em Jacotot

Opositor de todo conformismo intelectual, o francês Joseph Jacotot elaborou uma Filosofia na contramão das instituições educativas do século XIX, mostrando a radicalidade de seu pensamento em relação aos métodos pedagógicos fundados na premissa da transferência do

² Segundo Albuquerque (2023), a definição do termo Panecástica advém desse princípio da igualdade dos seres falantes, fundamentado na máxima expressa em seu *Ensino Universal* de que “tudo está em tudo”. Rancière (2015) apresenta a composição da Panecástica, Filosofia batizada por Jacotot, a partir da junção de duas palavras gregas, pan = todo e ekastos = cada um, “buscando o *todo* da inteligência humana em *cada* manifestação individual” (Rancière, 2015, p. 64).

pensamento a partir de lógicas explicadoras com a primazia do domínio do conhecimento a ser racionalmente impetrado por parte do professor.

Radicalidade essa que, em um contexto de efervescência pedagógica para o ensino da língua materna, criticava os métodos que desconsideravam o princípio da igualdade entre todos os homens e que verticalizava a relação entre mestre e aluno até o ponto de suprimir desejo e inteligência a partir de uma lógica de explicações orais. A partir desse pressuposto, Jacotot elaborou a concepção de que os “alunos são direcionados de acordo com a opinião da igualdade das inteligências” (Jacotot, 1829, p. 29) a partir do Ensino Universal, caracterizado como uma “universal verificação do semelhante de que todos os emancipados são capazes, todos aqueles que decidiram pensar em si como homens semelhantes a qualquer outro” (Rancière, 2015, p. 67), em que “todos os homens têm a mesma inteligência” (Jacotot, 1829, p. XXXIII, tradução nossa).

O Ensino Universal fundamentou-se na Filosofia Panecástica, termo esse batizado por Jacotot a partir da junção de duas palavras gregas, *pan* = todo e *ekastos* = cada um, “buscando o *todo* da inteligência humana em *cada* manifestação individual” (Rancière, 2015, p. 64). A partir da máxima “Tudo está em tudo”, Jacotot defende a necessidade de estabelecer relações sucessivas, trabalhando um signo a partir de sua representação e relacionado às circunstâncias.

Considerado um revolucionário por questionar resultados da Revolução Francesa que, para ele, não atingiu os objetivos de liberdade para todos, inclusive intelectual, Jacotot desenvolveu essa premissa a partir da experiência de ensinar uma língua desconhecida na Universidade de Louvain, na Bélgica: “pode-se ensinar aquilo que desconhece”. A partir da experiência de ensinar uma língua desconhecida (em seu caso experimental, a língua flamenga), com base na introdução da obra bilíngue *Télémaque*, Jacotot extraiu a máxima “tudo está em tudo”. Na defesa pela emancipação intelectual, ele defendia a necessidade de aprender algo e relacionar aos demais saberes, sob o princípio da igualdade das inteligências.

O que fazer? A emancipação intelectual responde: você tem que ser um homem primeiro; você tem que aprender alguma coisa, *Télémaque*, por exemplo, e dizer o que pensa sobre isso, então relacionar com ele sucessivamente tudo o que aprenderemos, verificando se todos os estudiosos e todos os artistas estão lá (Jacotot, 1829, p. XXXVII, tradução nossa).

A Filosofia Panecástica, que foi definida e defendida no periódico brasileiro *A Sciencia*, que circulou durante os anos de 1847 e 1848 com o intuito de divulgar a homeopatia à elite

intelectual do Rio de Janeiro, capital do império, tinha como princípio “ensinar aquilo que desconhece” a partir da máxima da analogia, aprendendo uma coisa e a ela relacionando todo o resto sem a racionalização de todos os passos por um mestre explicador, compareceu nas fontes no império brasileiro.

Proclamou então o Sr. Jacotot esta máxima — *quem quer pode* —, como meio de suceder em todo o trabalho intelectual, máxima esta posta em prática por todos aqueles que querem neste mundo efetuar coisas grandes; máxima que, quando faz as vezes de uma mola escondida, fez que, em todos os casos, inspira aos alunos uma justa confiança em si, e os anima para perseverar afim de colherem o fruto de seus trabalhos. Do sucesso que sempre tinha coroado as suas tentativas, concluiu o Sr. Jacotot — *que Deus criou a alma humana capaz de instruir-se a si mesma, e sem o concurso de mestres e explicadores*” Enunciou ainda o Sr. Jacotot outros princípios: *Aprender ou saber alguma coisa, e a ela referir todo o resto. — Tudo se acha em qualquer coisa. — Todas as Inteligências são iguais. — Pode-se ensinar aquilo que se ignora.*— Isto quer dizer simplesmente que quem quiser, seja quem 5, pode tendo confiança em si e vontade, verificar se uma outra pessoa sabe o que tem aprendido”(A Sciencia, 1848, v. 2, n. 16, p.194).

A ruptura evocada por Jacotot perpassa o caminho da igualdade dos seres falantes, na medida em que, para além de reprodutor de informações já conhecidas, o mestre pode ensinar aquilo que desconhece pela via de um diálogo entre iguais, vislumbrando a emancipação intelectual dos sujeitos pelo caminho da analogia, uma vez que “tudo está em tudo”.

Este é o significado de tudo está em tudo. Que significa: Exercite seu aluno para comparar todas as pinturas do mesmo sentimento e ver em que consiste a semelhança e diferença. Este axioma Tudo está em tudo é a base, não a nossa teoria (não temos teoria), mas exercícios que o aluno deve fazer. Que ele sabe alguma coisa, que ele repete perpetuamente e que se relaciona com ele todo o resto (Jacotot, 1829, p. 29).

O contexto nacional brasileiro de elaboração da PNA (2019) baseada em evidências científicas³ privilegia um tipo de pesquisa experimental em detrimento de outras, indicando um viés metodológico, como o método fônico. Observa-se o engessamento do trabalho docente

³ O primeiro artigo do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a PNA (2019), explicita que a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas, demarcando uma relação direta com pesquisas de caráter experimental, em uma lógica de descrédito para com as pesquisas qualitativas, como as do campo da história e política da alfabetização, lógica esta denunciada por entidades como Associação Brasileira de Alfabetização (https://www.abalf.org.br/files/ugd/64d1da_f5af5c5cecc14ff593b2f20c2c1006e1.pdf).

através da lógica de apostilamento, em um processo de submissão da inteligência e da capacidade criadora dos sujeitos envolvidos no processo à inteligência de um caminho já racionalizado e por uma receita metodológica pela via das “lições”. Na contramão desta prescrição metodológica, fundamentada em perguntas e respostas já prontas, torna-se latente lembrar o desafio da analogia em Jacotot que propicia práticas de levantamento de hipóteses e busca pelo “todo” da Panecástica, representada em seu Ensino Universal.

A partir das premissas da igualdade das inteligências, da capacidade de subjetivação, do princípio ativo na contramão do caminho da explicação e repetição, Jacotot fundamenta-se no princípio da analogia, entendida sob o viés de “relação com as circunstâncias” (Jacotot, 1829, p. 104).

Tudo, para ele, deve proceder por analogia, este movimento do pensamento que reúne, graças à sua semelhança, duas palavras, dois fatos e duas ideias. É o que ele expressa ao afirmar que deve ser relacionado. Veremos mais adiante como Jacotot justifica essa afirmação fazendo com que seja coerente essa concepção tanto nas obras humanas quanto nas obras da natureza. Nós sabemos que esta operação intelectual é, ao mesmo tempo, operação heurística por excelência, mas que é também fonte de erros, nós veremos como nosso pedagogo pretende contornar esta dificuldade, pela verificação (Raisky, 2012, p. 39, tradução nossa).

A máxima “Tudo está em tudo” revela a necessidade de proceder por analogia, através da relação de um texto, por exemplo, com o contexto. Na atualidade de seu pensamento, pode-se dialogar com Paulo Freire (1921-1997), que evoca o todo relacionável da leitura do mundo precedendo a leitura da palavra. A partir das premissas da igualdade das inteligências, da capacidade de subjetivação, do princípio ativo dado aos sujeitos no processo de construção dos saberes e na contramão do caminho da explicação e repetição, busca-se, segundo Paulo Freire (2000), o todo relacionável da leitura do mundo, precedendo a leitura da palavra como exercício de liberdade e construção dialógica da autonomia.

A esse respeito, Walter Kohan (2019), em sua obra “Paulo Freire mais do que nunca”, apresentou a pedagogia da dialogicidade, a partir da leitura de uma tomada de consciência da condição de humanização, trabalho e conscientização, ao pensar o “homem no mundo e com o mundo” e que este é “um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade” (Kohan, 2019, p. 30, *apud* Freire, 1974, p. 124). Sob este foco, andárilhamos pela “pedagogia do perguntar-se, de nos colocar a nós mesmos em questão, confiantes nos sentidos políticos que tal início pode proporcionar às nossas vidas educadoras” (Kohan, 2019, p. 30).

A partir de aproximações de filosofias como de Paulo Freire e Joseph Jacotot, observa-se um movimento em que as ideias do Ensino Universal e da Filosofia Panecástica ressoam como fundo, por exemplo, na pedagogia da dialogicidade.

Eis o ensinamento de Paulo Freire: para ensinar e aprender de uma forma dialógica, todos os saberes necessários merecem ser ouvidos e igualmente atendidos, colocados em diálogo em um mesmo patamar. E é justamente nesse diálogo que um educador ensina e aprende, reconstruindo seus próprios saberes a partir dos saberes de seus educandos (Kohan, 2019, p. 101).

A necessidade de buscar a dialogicidade entre iguais e a tomada de consciência passa pelo ato de palavra.

No ato de palavra, o homem não transmite seu saber, ele poetiza, traduz e convida os outros a fazer a mesma coisa. Ele se comunica como *artesão*: alguém que maneja as palavras como instrumentos. O homem se comunica com o homem por meio de obras de sua mão, tanto quanto por palavras de deus discurso (Rancière, 2015, p. 96-97).

Para essa tomada de consciência que rompe com a intransitividade para uma transitividade crítica, evoca-se a necessidade de estabelecer relações pela prática da “analogia universal, que é uma das vozes mais amplas do espírito humano e que ele reduziu à expressão pitoresca: Tudo está em tudo” (RAISKY, 2012, p. 43, tradução nossa). A partir dessa prática relacional entre um ser que quer falar e o outro que quer adivinhar, Rancière (2015) destaca que “o homem dispõe de uma linguagem articulada, da qual se serve para fazer palavras, figuras, comparações, a fim de comunicar seu pensamento aos semelhantes” (Rancière, 2015, p. 96).

Trazendo a premissa de que “as palavras que a criança aprende melhor, aquela em cujo sentido ela penetra mais facilmente, de que se apropria melhor para seu próprio uso, são as que aprende sem mestre explicador” (Rancière, 2015, p. 22), Jacotot parte da experiência de uma experiência de abrir um livro e relacioná-lo em todos os outros, seguindo o método do Ensino Universal.

Rancière apresenta o paradoxo envolvendo a aprendizagem da língua materna como tempo de melhor aprendizado o que é realizado sem nenhum mestre explicador para justificar a necessidade da pedagogia relacional da analogia nos diferentes aprendizados, a partir de um movimento em que

[...] eles escutam e retêm, imitam e repetem, erram e se corrigem, acertam por acaso e recomeçam por método, e, em idade muito tenra para que os explicadores possam realizar sua instrução, são capazes, quase todos “qualquer que seja seu sexo, condição social e cor de pele – de compreender e de falar a língua de seus pais (Rancière, 2015, p. 22).

Neste momento em que “fala-se a eles, e fala-se em torno deles” (Rancière, 2015, p. 22), há uma potência na subjetivação, possibilitando que os caminhos da observação, comparação e estabelecimento de relações ocorram. Há aí um movimento de levantamento de hipóteses e tentativas de relações pela analogia interrompido pela prática dos mestres explicadores e de sua racionalidade pedagógica.

Antes, tateava-se, às cegas, as palavras mais ou menos mal recolhidas da boca das mães e amas não esclarecidas, por adivinhação, as ideias falsas retiradas do primeiro contato com o universo material. Agora, começa uma nova era, em que o homem-criança ganha o caminho reto de sua maturidade (Rancière, 2015, p. 124).

A adivinhação é acompanhada da prática da improvisação, que é “um dos exercícios canônicos do Ensino Universal” e entendida como “o exercício pelo qual o ser humano se conhece e se confirma em sua natureza de ser razoável, isto é, de animal “que faz palavras, figuras, comparações para contar o que se pensa a seus semelhantes” (Rancière, 2015, p. 96). Para Jacotot, a potência da adivinhação e da improvisação é a capacidade de reconhecer-se enquanto humano, produtor de discurso engendrado a inúmeras vozes e, portanto, discurso construído sobre a premissa de fatos análogos. Eis o princípio da improvisação: “Continue lendo, você aprenderá o que é escrever. Se eu não conseguir encontrar os fatos ou fatos análogos lendo seu discurso, ouvindo sua improvisação, é como se você não estivesse falando. Esta regra é a mesma para improvisar como escrever” (Jacotot, 1829, p. 213, tradução nossa).

O desafio do “tente”, “leia”, “adivinha”, “estabeleça relações” e “improvise” preconizado por Jacotot envolve a prática relacional no processo de ensino de leitura e escrita, visa propiciar uma emancipação intelectual e de tomada de consciência e encontra-se na contramão de uma prática de embrutecimento e de uma pedagogia diretivista, cuja intencionalidade é guiar todos os passos de uma criança pelo caminho reto de sua maturidade e por uma via metodológica já traçada previamente.

O pressuposto do “tudo está em tudo” impõe uma relação entre humanos que criam, que partilham artefatos e que são capazes de, para além de compreender por uma explicação, dialogar entre iguais. Eis aí outra máxima de Jacotot: a igualdade das inteligências.

Meu projeto não é defender contra ninguém a teste que a inteligência é igual em todos os homens. É minha opinião, é verdade, esta opinião me levou ao sucesso da atribuição dos exercícios que compõem o conjunto da experiência, e é por isso que acredito útil postular: Todos os homens têm inteligência igual (Jacotot, 1829, p. VIII, tradução nossa).

A partir do seu postulado da igualdade das inteligências e do princípio da analogia, a potência do Ensino Universal da Panecástica está na possibilidade de uma perspectiva discursiva de alfabetização, a partir do diálogo entre iguais e na contramão da submissão de um diálogo e vontade à de outrem.

A guerra, como qualquer obra humana, é, antes de tudo, ato de palavra. Mas essa palavra recusa a aura de ideias irradiantes do contra-tradutor suscitado por uma outra inteligência ou por um outro discurso. A inteligência não mais se ocupa de adivinhar e de se fazer adivinhar. Ela tem por objetivo o silêncio do outro, a ausência de réplica, a queda dos espíritos na agregação material do consentimento (Rancière, 2015, p. 118).

A necessidade básica de comunicar o pensamento através de uma linguagem articulada aos seus semelhantes, apresentada por Rancière, pode ser relacionada às obras de João Cabral de Melo Neto (1975) para quem o silêncio do outro estanca o rio em poço.

Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água paralítica. Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria (Melo Neto, 1975, p. 23).

Depara-se, assim, com uma necessidade de evocar a premissa do discurso-rio, do diálogo, da leitura de um todo elaborado pelo humano na ruptura de pensar o processo de alfabetização a partir do isolamento de pequenas partes que não se comunicam e que se tornam verdadeiros poços.

O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem, um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate (Melo Neto, 1975, p. 23).

O silêncio do outro estanca o rio em poço. Pensando com João Cabral de Melo Neto, observa-se a necessidade de não se estancar em poço, antes, de fazer o discurso-rio buscar muitas águas para combater a voz seca e, a partir desta perspectiva dialógica da alfabetização, desafiar “o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros.

3 O rio da Panecástica como ruptura do poço da Política Nacional de Alfabetização

Partindo do princípio de que Jacotot não criou um método e que portanto “não se trata de incluir o Ensino Universal nos programas dos partidos reformadores, nem a emancipação intelectual entre as bandeiras da sedição” (Rancière, 2015, p. 142), é importante pontuar que sua Filosofia “não é ancestral do método global; trata-se de Filosofia e de humanidades e não de receitas de pedagogia infantil” (Rancière, 2015, p. 67).

Na obra *O mestre ignorante*, Rancière (2015) esclarece que a centralidade da Panecástica de Jacotot não recaía sobre a adoção de métodos mais duros ou suaves que desconsideravam a potência da inteligência presente em toda a manifestação humana. Se, para Aguayo (1959), Jacotot foi o criador do método analítico para o ensino da leitura, Rancière não via necessidade em anunciar Jacotot como “o ancestral do método global” (Rancière, 2015, p. 49), uma vez que Jacotot não atribuía tanta importância aos procedimentos colocados em prática; antes, buscava a máxima da Panecástica e do Ensino Universal⁴, calcados no princípio da igualdade das inteligências e na subversão da lógica explicadora.

Não se trata de uma questão de método, como em formas tradicionais de aprendizagem. Trata-se de uma questão propriamente filosófica: saber se o ato mesmo de receber a palavra do mestre – a palavra do outro – é um testemunho da igualdade ou desigualdade. É também uma

⁴ “Constatando então o sucesso do método que ele propôs aos estudantes, Jacotot aplicou às outras disciplinas e obteve, também, sucesso. Ele afirmou que seria aplicável a todos os tipos de conhecimento e o nomeia Ensino Universal [...] isto é, acessa a autonomia da razão e não a submissão das opiniões” (RAISKY, 2012, p. 61-62, tradução nossa).

questão política, ou seja, saber se o sistema de ensino tem por pressuposto uma desigualdade a ser “reduzida” ou uma igualdade a ser verificada (Rancière, 2015, p. 12).

Após a experiência de ensinar uma língua desconhecida por ele, o professor Jacotot foi surpreendido positivamente com a superação dos alunos que, apesar de terem um mestre que ignorava seus idiomas, obtiveram êxito com a emancipação intelectual. Assim, admirou-se com a escrita em francês dos alunos, uma vez que ele deixara que aprendessem por si através de seus desejos e contato com a obra *Telémaque*, apresentada de forma bilíngue. Essas premissas ressoaram no império brasileiro, no periódico brasileiro *A Sciencia*.

Ele esperava um dilúvio de barbarismos, e até talvez uma absoluta impossibilidade de exprimirem-se. E com efeito, como podiam estes moços, privados de explicações, reduzidos a si mesmos, compreender e resolver as dificuldades de uma obra inteiramente nova para eles? Embora; era necessário conhecer até onde eles tinham chegado por este novo caminho que o acaso tinha trilhado, quais os resultados deste empirismo desesperado. Qual não foi a admiração do Sr. Jacotot ao descobrir que estes alunos, sem outro guia, sem outros recursos, que a sua reflexão individual, tinham desempenhado a sua árdua tarefa tão bem como o poderiam ter feito muitos franceses! As explicações então tornavam-se desnecessárias? Por ventura bastaria querer para poder? (*A Sciencia*, 1848, v. 2, n. 16, p. 48).

Pela via filosófica da igualdade da inteligência, a formação de professores ganha centralidade para uma tentativa de ruptura com a lógica embrutecedora da via da explicação e da aplicabilidade de um método, uma vez que “somente um homem pode emancipar um homem. Somente um indivíduo pode ser razoável — e somente por meio de sua própria razão” (Rancière, 2015, p. 142).

Há, sem dúvida, cem maneiras de instruir: também se aprende na escola dos embrutecedores; um professor é uma coisa — decerto menos manipulável do que um livro, mas que pode ser aprendida: observá-lo, imitá-lo, dissecá-lo, recompô-lo, experimentar o que de sua pessoa oferece. Sempre se aprende, ao escutar um homem falar (Rancière, 2015, p. 142).

Partindo do discurso-rio citado anteriormente neste artigo e da perspectiva dialógica da alfabetização, é imprescindível pensarmos sobre o histórico silenciamento da Filosofia Panecástica, pois, apesar de comparecer em variadas fontes históricas no império brasileiro, praticamente deixou de ser mencionada, ganhando visibilidade somente em 2007 a partir da tradução e da circulação da obra *O Mestre Ignorante*, de Rancière, no Brasil.

Na tentativa de silenciar a perspectiva discursiva de alfabetização e de estancar o rio da perspectiva dialógica, a atual PNA envia uma busca em evidências científicas e em um conceito de sujeito passivo que não assume o protagonismo de seu processo de alfabetização. É um documento que “fala para fazer calar. Tu não falarás mais, não pensarás mais, tu farás o seguinte, tal é seu programa” (Rancière, 2015, p. 122).

Historicamente, tal silenciamento evidencia os diferentes sentidos que foram atribuídos ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua portuguesa (como língua materna) na fase inicial de escolarização de crianças, no Brasil, que, atualmente, designamos por meio do termo/conceito “alfabetização”. Este silenciamento fundamenta-se em um “entendimento equivocado segundo o qual alfabetizar é uma tarefa técnica e apolítica, cuja eficácia depende exclusivamente de métodos de ensino; e, correlacionadamente, ao também equivocado apagamento das relações (intrínsecas) entre alfabetização e política” (Mortatti, 2018, p. 203).

Em uma perspectiva de longa história, o cenário de silenciamento que professores, professoras, pesquisadoras e pesquisadores da área da alfabetização tiveram durante o processo de elaboração da atual PNA (Brasil, 2019) e das políticas públicas para alfabetização demarca uma continuidade no processo de silenciamento que a Panecástica tivera no império brasileiro para um caminho histórico da metodização do ensino da língua materna pelas marchas metodológicas sintéticas no ensino da alfabetização a partir da “adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras, baseadas em evidências científicas” (BRASIL, 2019, p. 2).

Silenciar a perspectiva discursiva de alfabetização é esquivar-se das questões políticas, de formação humana e da construção de um projeto de nação comprometido com a democratização de saberes correlatos com a humanização e transformação social, conforme preconiza Mortatti (2018).

Essa compreensão pode também contribuir para a discussão e a formulação de políticas para a alfabetização (escolar) que representem, de fato, na (des)ordem política e econômica atual, formas de resistência e luta para avanços nas relações democráticas e no cumprimento do dever constitucional de garantir a todas (os) as (os) brasileiras (os) a participação no mundo público da escrita e da política, como meios de humanização e transformação social correlatos à construção de outro projeto de nação (Mortatti, 2018, p. 226)

Dessa forma, desconsiderando as pesquisas científicas brasileiras publicadas na área da alfabetização e buscando aportes teóricos e metodológicos em outros países, a PNA e o Programa Tempo de Aprender⁵ (2020) trazem o método fônico como uma solução regeneradora para o problema do analfabetismo no país, silenciando a complexidade de um processo multifacetado que, dentre inúmeras outras questões, passa pelas solicitações históricas realizadas pelos professores no que tange à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e das “condições de salário e de trabalho; a redução do número de alunos por turma; a ampliação da jornada escolar; o aumento das oportunidades de formação continuada; mais verbas para material didático, livros, bibliotecas e salas de leitura” (Carvalho, 1994, p. 8).

Nesse sentido, ao calcar suas defesas na apresentação de evidências científicas de eficácia de um método de alfabetização, a PNA acaba tomando por base uma concepção de ciência rígida, prescritiva, experimental e restritiva em relação à subjetividade humana e à diferença. Desconsidera, de igual modo, as especificidades da produção de conhecimento no campo educacional, como a importância do contexto, das culturas e da promoção da emancipação humana. Essas evidências científicas recomendam uma prática de alfabetização centrada em um indivíduo deslocado de seu contexto sociocultural, “negligenciando o uso da escrita nos contextos heterogêneos, interculturais e complexos os quais envolvem várias crianças, suas redes familiares e comunidades” (Bunzen, 2019, p. 46).

A PNA apresenta um cerceamento da capacidade dialógica a partir da defesa de um método a ser trabalhado de forma gradativa como uma proposição de atividades já sistematizadas e prontas para aplicação. O programa Tempo de Aprender anuncia a utilização de práticas integradas, de atividades genuínas de leitura e escrita com palavras contextualizadas. Porém, observa-se a utilização de frases artificiais, prontas e acabadas, sem abertura para a produção de textos pelos próprios alunos e sem tentativas de estabelecimento da analogia, de relações, de levantamento de hipóteses e interlocução com o mundo e com o contexto que envolve o ato de ler, sem tentativas de escrita com busca de significados a partir do contato com diferentes textos impressos e materiais que os sujeitos envolvidos no processo de alfabetização encontram em seu cotidiano.

Na análise do programa Tempo de Aprender, que reduz o processo de alfabetização à um ato mecânico de decodificação, observa-se o caminho progressivo das explicações que

⁵ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-alfabetizacao/copy2_of_programas-e-acoas. Acesso em: 20 maio 2024.

racionalmente são arquitetadas para aprisionar a “criança-homem” ou “povo-criança” em ficções da infância, rotina e preconceitos.

Para se tornar alfabetizado, o Programa reduz o processo ao ato mecânico de decodificar, haja vista que o “alfabeto é dotado de um conjunto de regras para que se transite entre os domínios dos sons falados e dos grafemas impressos. Conhecer essas regras permitirá que os alunos se tornem proficientes em leitura e em escrita” (MEC, 2020, módulo 3, introdução) (Albuquerque; Boto, 2021, p. 14).

Tal cerceamento da potência criadora impossibilita o princípio da igualdade entre o mestre, que torna explicador, e o aluno que torna passivo receptor. Essa prática reitera e alimenta o círculo das explicações aperfeiçoadas.

O guia mostra o véu colocado sobre todas as coisas e começa a levantá-lo – como convém, ordenadamente, passo a passo, progressivamente. “É necessário retardar um pouco o progresso”. Métodos são necessários. Sem método, sem um bom método, a criança-homem ou o povo-criança é presa das ficções da infância, da rotina e dos preconceitos. Com o método, ele põe seus passos nos passos daqueles que avançam racionalmente, progressivamente. Com eles, ergue-se numa aproximação indefinida. Jamais o aluno alcançará o mestre, nem o povo sua elite esclarecida; no entanto, a esperança de chegar lá os faz avançar pelo bom caminho, o das explicações aperfeiçoadas (Rancière, 2015, p. 165-166).

Ao explicitar sobre esse caminho trilhado por explicações aperfeiçoadas, Rancière (2015, p. 167) apresenta a necessidade de “testar e comparar, por meio de comissões e de relatórios” e de “empregar na instrução do povo um pessoal qualificado e diplomado, instruído nos novos métodos e vigiado em sua execução”.

Historicamente, programas e relatórios têm sido elaborados para a instrução da nação. Um destaque de programa que aparece na nossa atual PNA é o “*Developing early literacy: report of the national early literacy panel*” (National Early Literacy Panel, 2009). Ao trazer este relatório, a PNA apresenta em suas referências concepções de autores internacionais como de Linnea Ehri, que participou do conselho editorial do “*Literacy Studies Perspectives from Cognitive Neurosciences, Linguistics, Psychology and Education*” (Lachmann; Weis, 2018) documento esse que contém em um de seus capítulos a potente ruptura apresentada por Jacotot frente à leitura do “todo” de uma perspectiva dialógica.

Há aqui um paradoxo: Quais são os interesses em adotar referências internacionais a partir de um recorte de defesa da concepção de alfabetização restritiva à adoção de um método

e desconsiderar outros textos, editados por uma autora deste evocado relatório, que divergem filosoficamente da visão restritiva e mecanicista presente no documento? Fazer um recorte da ênfase na consciência fonológica para defender a adoção de um método fônico como saída para o analfabetismo e suprimir concepções como analogia, experimentação, capacidade de levantamento de hipóteses e capacidade criadora está atendendo a que proposta de formação humana? Supõe-se daí que tais escolhas e silenciamentos referem-se a “projetos de nação” (Mortatti, 2018).

Esse paradoxo está presente também na PNA, que, apesar de indicar como possibilidade o caminho metodológico da “predição” e das “analogias” nas fases do desenvolvimento da leitura e da escrita (pré-alfabética, alfabética parcial, alfabética completa, alfabética consolidada), possibilitando o levantamento de hipóteses e de práticas relacionais, materializa-se no programa Tempo de Aprender que apresenta em lições totalmente estruturadas que não abrem para o improvisado e para a capacidade criadora.

Fase pré-alfabética: a pessoa emprega predominantemente a estratégia de predição, usando de início pistas visuais, sem recorrer às relações entre letras e sons; lê palavras familiares por reconhecimento de cores e formas salientes em um rótulo, mas é incapaz de identificar diferenças nas letras; pode ainda conseguir escrever algumas palavras de memória. Fase alfabética parcial: a pessoa faz analogias, utilizando pistas fonológicas; depois de aprender os sons das letras, ela começa a utilizá-los para ler e escrever palavras. Fase alfabética completa: depois de conhecer todas as relações entre grafemas e fonemas e adquirir as habilidades de decodificação e de codificação, a pessoa passa a ler e a escrever palavras com autonomia. Fase alfabética consolidada: nesta fase de consolidação contínua ocorre o processamento de unidades cada vez maiores, como sílabas e morfemas, o que permite a pessoa ler com mais velocidade, precisão e fluência, e escrever com correção ortográfica (PNA, 2019, p. 28).

É nítida no Programa Tempo de Aprender, como apontam Boto & Albuquerque (2021), um viés restritivo da capacidade criadora.

[...] organizado sob a indicação de uma “técnica”, conforme os dizeres do mesmo vídeo, de base fonética, indicando-a como única possibilidade já estruturada em sequência no curso de formação continuada em práticas de alfabetização com a ordenação das etapas metodológicas:

- 1) Aprender a ouvir (sonoridade/pausa/ritmos).
- 2) Conhecimento alfabético (letras-sons).
- 3) Fluência (compreender textos).
- 4) Vocabulário.
- 5) Compreensão.

6) Produção de escrita (Albuquerque; Boto, 2021, p. 12).

O segundo capítulo do “*Literacy Studies Perspectives from Cognitive Neurosciences, Linguistics, Psychology and Education*” (Lachmann; Weis 2018), também indicado na PNA, tem Linnea Ehri como componente do conselho editorial e uma explicação sobre a Filosofia Panecástica no texto “*The methods issue revisited: form a developmental and a socio-cultural-political perspective*” (Morais, 2018). Esse é outro paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a Filosofia Panecástica de Jacotot consiste em uma abordagem crítica que pressupõe o desafio da emancipação intelectual do povo a partir de uma metodologia de estabelecimento de relações por analogia com o contexto social, histórico e político, a materialização da PNA cerceia uma prática dialógica, de improviso e experimentos no processo de alfabetização.

Joseph Jacotot propôs, de forma mais geral, que a aprendizagem deve proceder de forma analítica, o que não implica necessariamente um método de palavra inteira. De qualquer forma, como Jacotot foi um humanista cujo objetivo explícito era contribuir para a emancipação do povo, seu suposto envolvimento no método da palavra inteira para aprender a ler pode ajudar a compreender a associação desse método com o humanismo. Quando jovem, teve um papel principal na organização de várias federações revolucionárias (Morais, 2018, p. 18, tradução nossa).

Ao trazer uma pequena biografia de Jacotot, veiculada no trecho a seguir, Morais (2018) apresenta o Ensino Universal de Jacotot, chamado de universal por acreditar na “verificação do semelhante de que todos os emancipados são capazes, todos aqueles que decidiram pensar em si como homens semelhantes a qualquer outro” (Rancière, 2015, p. 67), potencializando a horizontalidade na relação entre docente e discente.

Doutor em Humanidades, Direito e Matemática, tornou-se professor de Literatura na Universidade Católica de Lovain onde concebeu um sistema de “ensino universal” (pois, para ele, todas as inteligências eram iguais) baseado na ideia de que todos, criança ou adulto, é capaz de se auto-instruir (seus princípios básicos são a repetição, a aplicação imediata de tudo o que se aprende e a pesquisa das relações com tudo o mais), cabendo ao professor a tarefa de orientar e apoiar a atenção do aluno (Morais, 2018, p. 18, tradução nossa).

Dessa forma, no processo de escrita da atual PNA, revive-se um movimento histórico de silenciamento de concepções filosóficas que extrapolam a questão das querelas dos métodos pedagógicos que envolvem a alfabetização e o ato de ler. O tom prescritivo presente nessa política evidencia ainda mais a necessidade de rememorar o desafio filosófico freireano

representado em sua máxima “leitura de mundo”, que deve preceder a leitura da palavra como forma de compreensão da própria presença humana no mundo.

Para pensar sobre esse silenciamento e reducionismo no debate sobre os métodos de alfabetização, legando-os ao campo das querelas das marchas pedagógicas e mascarando o todo social, torna-se imprescindível a leitura da obra *Alfabetização: em busca de um método?*, de Magda Soares (2017) que defende a necessidade de ressignificação no conceito de método, para além de “camisa de força”, ortodoxo, tradicional.

Corajosamente, como anunciei no início dessa exposição, atrevo-me a responder que sim, que estamos sim, em busca de um método de alfabetização: rejeitamos, não há dúvida, os métodos tradicionais de alfabetização, já não podemos aceitá-los, mas a tarefa de conciliar nossa nova compreensão do processo pelo qual a criança aprende a ler e escrever com as condições objetivas de possibilidade da escola nos impõe a busca de diretivas que não só nos salvem do espontaneísmo, a que pode levar uma interpretação equivocada e ingênua da perspectiva psicogenética, mas sobretudo que nos proteja da ambiguidade conceitual, a que pode nos levar a ortodoxia da escola (Soares, 2017, p. 123-24).

Silenciar concepções filosóficas como a Panecástica de Jacotot e a “leitura do mundo” de Freire e adotar um viés metodológico de uma marcha sintética implica em reiterar a defesa por um processo mecanicista de alfabetização, esvaído da complexidade de um processo que é multifacetado.

4 Considerações finais

Diante da complexidade do processo multifacetado de alfabetização, este artigo buscou dialogar com concepções filosóficas que envolvem esse processo e que extrapolam um viés restritivo da adoção de um método sintético, como se aí residisse o mal ou a solução para os problemas envolvidos nessa área.

Ao trazer para o centro do debate a Filosofia Panecástica que ecoou no Brasil império, buscou-se compreender o contexto de elaboração da atual PNA (Brasil, 2019) que indica o método fônico e que traz, em seu referencial bibliográfico, autores que não se restringem a essa indicação, trazendo aí paradoxos. Apesar de ter sido silenciada do Brasil império aos dias atuais, a potente Filosofia Panecástica ressoa na própria PNA, mesmo que a contragosto.

Enquanto fundamenta-se em estudos como “*Developing early literacy: report of the national early literacy panel*” (National Early Literacy Panel, 2009), a PNA elenca autores internacionais como Ehri (2013), que atuou frente à edição do “*Literacy Studies Perspectives from Cognitive Neurosciences, Linguistics, Psychology and Education*” (LACHMANN; WEIS, 2018), coletânea que comparece a potente ruptura apresentada por Jacotot frente à leitura do todo.

Ao promover uma reflexão sobre a premissa da igualdade das inteligências contida nessa Filosofia opondo-nos à uma ordem explicadora de um professor conteudista e reprodutivista, estabelecemos diálogo com com Rancière (2015), Raisky (2012), Freire (1974), Kohan (2019), dentre outros que apresentam uma concepção crítica de alfabetização, a partir de uma perspectiva dialógica.

Pensando com João Cabral de Melo Neto (1975), observou-se a necessidade de não estancar em poço o discurso-rio de muitas águas que a perspectiva crítica de alfabetização traz em sua essência, trazendo o desafio da Filosofia Panecástica na busca pelo curso da analogia e do todo deste rio para uma ruptura com um poço estancado e restrito a uma matriz sintética apresentada na PNA (Brasil, 2019). Neste escrito, a máxima “*Tudo está em tudo*” e a busca pelo “todo” evocado por Jacotot dialogou com a leitura de mundo e a “palavramundo” em Paulo Freire. Nessas relações, observou-se que as ideias do Ensino Universal e da Filosofia Panecástica ressoaram como fundo, por exemplo, na pedagogia da dialogicidade proposta por Freire.

Ao pontuar sobre os silenciamentos na atual PNA, demarca-se que essa ação intencional de esvaziamento político, social, filosófico e histórico do processo de ensino de leitura e escrita refere-se à projetos intencionais de fragmentação e controle do projeto de formação humana e de nação. Desta forma, faz-se necessário destacar que, desconsiderar o viés político em detrimento de “evidências científicas” e remeter à uma saída metodológica como solução para os elevados índices de analfabetismo no Brasil, demarca uma posição de continuidade, em uma perspectiva de longa duração, ao primeiro momento de crucial na história da alfabetização, intitulada por Mortatti (2018) como “metodização do ensino da leitura” (1876-1890) caracterizado por promessas de novos métodos como eficientes, eficazes, rápidos e miraculosos para a questão do analfabetismo no Brasil. Nesta etapa de metodização, não há espaço para a potência da Filosofia Panecástica e seu Ensino Universal, por exemplo.

Dessa forma, a análise histórica decorrente desses estudos documentais e de fontes históricas denotaram a necessidade de uma prática pedagógica que atenda a formação do homem integral, a partir do estabelecimento de relações entre o texto e seu contexto.

Referências

AGUAYO, Alfredo Miguel. **Didática da Escola Nova**. J. B. Damasco Penna e Antônio D'ávila (trad. e notas). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959. (Atualidades Pedagógicas, 15).

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. **Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro**: Antônio Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot. São Paulo: Editora UNESP/SBHE, 2023 [Coleção Diálogos em História da Educação].

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. de; BOTO, Carlota. Dissonâncias do Programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020) com as pesquisas sobre alfabetização. **Horizontes**, Universidade São Francisco, v. 39, n.1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v39i1.1125>. Acesso em 20 dez 2023.

A SCIENCIA. **Revista Synthetica dos Conhecimento Humanos**, Rio de Janeiro, v.2, n.16. Setembro, 1848. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=730076&pagfis=195>. Acesso em: 24 abril. 2024.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**, Porto Alegre v. 18 n. 44 Set./dez. 2014, p. 99-127.

BUNZEN JÚNIOR, Clecio . Um breve decálogo sobre o conceito de “literacia na política nacional de alfabetização (PNA,2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 44-51, 2019.

BRASIL. Decreto nº 9765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**, Brasília, 2019, 54p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em 20 dez 2023.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Editora Paz e Terra Ltda, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 5ª reimpressão. São Paulo, Editora UNESP, 2000, p. 83.

JACOTOT, Joseph. Enseignement Universel. **Langue Maternelle**. Paris: Chez L'Edi, Quatrième Édition, 1829.

KOHAN, Walter. **Paulo Freire mais do que nunca**: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019, 1.ed.

LACHMANN, Thommas; WEIS, Tina. Reading and Dyslexia From Basic Functions to Higher Order Cognition. **Literacy Studies Perspectives from Cognitive Neurosciences, Linguistics, Psychology and Education**. Volume 16. Library of Congress, 2018.

MELO NETO, João Cabral de. Rios sem discurso. In: MELO NETO, J. C. de. **Poesias Completas**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

MORAIS, José. The methods issue revisited: form a developmental and a socio-culturalpolitical perspective. In: LACHMANN, Thommas; WEIS, Tina. **Reading and Dyslexia From Basic Functions to Higher Order Cognition**. Volume 16. Library of Congress, 2018.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização (1876/1994)**. São Paulo: Unesp, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Ensino de leitura e escrita na escola brasileira: educadores “intelectuais orgânicos” e disputas seculares por projetos de nação. In: **História da escola**: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura. Organizadores: CASTRO, C. A, VELÁZQUES CASTELLANOS, S. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.

NATIONAL EARLY LITERACY PANEL. **Developing early literacy**: report of the national early literacy panel. A scientific synthesis of early literacy development and implications for intervention. Washington: National Institute for Literacy, 2009.

QUAGLIO, Clemente. Qual o methodo de ensino da leitura que mais de perto acompanha a evolução, mental da creança? In: **Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infancia**. Rio de Janeiro: Empr. Graphica Editora, 1925.

RAISKY, Claude. **Joseph Jacotot**: le pédagogue paradoxal. Dijon, Editions Raison et Passions, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, 3. ed.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2017.

Artigo recebido em: 06/02/24 | Artigo aprovado em: 12/07/24 | Artigo publicado em: 09/08/24